


CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Manaus receberá evento do setor imobiliário		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 29/05/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: Economia	Página: A5	

Manaus receberá evento do setor imobiliário


Reunião da CII (Comissão da Indústria Imobiliária) será no dia 8 de junho. Evento reunirá autoridades, entidades bancárias e empresários da construção civil Manaus –a capital do Amazonas receberá, pela primeira vez em dez anos, a Reunião da CII (Comissão da Indústria Imobiliária) da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção). O evento nacional, que ocorrerá no dia 8 de junho, reunirá autoridades, entidades bancárias e empresários da construção civil.

De acordo com o presidente da CII do Sinduscon-AM (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas), Marco Bolognese, o encontro contará, ainda, com a presença de representantes de diversas

instituições ligadas ao setor. “Todos os grandes incorporadores, os representantes dos Sinduscons e das Ademis, que atuam nessa área do mercado imobiliário, estarão aqui discutindo temas importantes para o nosso mercado”, ressaltou.

Bolognese afirmou que a reunião tem o objetivo de manter o Amazonas na rota dos grandes eventos da construção civil. “Eu acredito que, a partir de 2019, nós vamos experimentar um novo ciclo de crescimento nesse mercado. Então, nada mais adequado do que trazer essa Comissão para Manaus, nesse momento, para os empresários entenderem um pouco o nosso mercado, que é forte”, disse.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Manaus receberá evento do setor imobiliário pela primeira vez		
	Veículo: Radar Amazônico	Data: 28/05/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: Amazonas	Página: On-line	
	Link: https://radaramazonico.com.br/manaus-recebera-evento-do-setor-imobiliario-pela-primeira-vez/		

Manaus receberá evento do setor imobiliário pela primeira vez



Marco Bolognese, presidente da CII do SINDUSCON-AM. Foto: Manoel Nunes

A capital do Amazonas receberá, pela primeira vez em dez anos, a Reunião da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). O evento nacional, que ocorrerá no dia 8 de junho, reunirá autoridades, entidades bancárias e empresários da construção civil.

De acordo com o presidente da CII do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (SINDUSCON-AM), Marco Bolognese, o encontro contará, ainda, com a presença de representantes de diversas instituições ligadas ao setor. “Todos os grandes incorporadores, os representantes dos Sinduscons e das Ademis, que atuam nesta área do mercado imobiliário, estarão aqui discutindo temas importantes para o nosso mercado”, ressaltou.

Bolognese afirmou que a reunião tem o objetivo de manter o Amazonas na rota dos grandes eventos da construção civil. “Eu acredito que, a partir de 2019, nós vamos experimentar um novo ciclo de crescimento neste mercado. Então, nada mais adequado do que trazer essa Comissão para Manaus, neste momento, para os empresários entenderem um pouco o nosso mercado, que é forte, e para que a gente possa aproveitar e estreitar os laços com a CBIC e com os representantes da Comissão Imobiliária dos outros estados”, disse.

Primeira vez no Norte

Itinerante, o encontro é realizado bimestralmente, nas cidades brasileiras. A primeira edição deste ano ocorreu no Rio de Janeiro, dia 23 de fevereiro. Além de Manaus, Porto de Galinhas receberá o evento, dia 23 de novembro. Entre as cidades que já sediaram a reunião nesses dez anos estão Salvador, Cuiabá e São Paulo.

De acordo com o presidente da CII da CBIC Celso Petrucci, a Comissão coordena e desenvolve as ações de interesse do mercado imobiliário nacional. “Seu foco principal está no fortalecimento do mercado, trabalhando pela diminuição da insegurança jurídica, melhoria do crédito, desburocratização, melhoria das cidades e por programas que favoreçam o acesso da população à moradia digna e ao financiamento imobiliário, em especial das famílias de mais baixa renda”, destacou.

Ainda segundo Petrucci, a CII busca suprir o mercado com informações estratégicas por meio do acompanhamento de normativos e elaboração de indicadores. “A cada dois meses, além das reuniões ordinárias para discutir assuntos relevantes, a CII realiza reuniões de acompanhamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com os agentes financiadores”, afirmou.

A reunião em Manaus será realizada das 9h30 às 17h, no Quality Hotel Manaus, bairro Adrianópolis, zona Centro-Sul da capital. Outras informações sobre o evento podem ser obtidas pelo e-mail atendimento@sinduscon-am.org.br ou pelo telefone (92) 3622-6525.

Serviço

O quê: Reunião da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC.

Quando: dia 8 de junho, das 9h 30 às 17 h.

Onde: Quality Hotel Manaus, bairro Adrianópolis, zona Centro-Sul de Manaus.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Aposta de entendimento entre todos

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 29/05/2018

Caderno: Economia

Página: A5

Enfoque:
Positivo (X) Negativo () Neutro ()

Representantes do setor imobiliário negociam com Prefeitura de Manaus proposta do IPTU progressivo

Aposta de entendimento entre todos

ANTONIO PARENTE
aparente@jcam.com.br

Representantes do setor imobiliário e Prefeitura de Manaus apostam em um acordo sobre a proposta do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) progressivo e abrem portas para discutir um valor mais equilibrado. A finalidade é encontrar um equilíbrio para o cumprimento da lei sem gerar prejuízos ao setor.

A prefeitura de Manaus tem acompanhado o assunto através da presidência da CMM (Câmara Municipal de Manaus) e seus representantes. Segundo Wilker Barreto, a questão será resolvida e ambos os lados entrarão em um acordo para que seja elaborado um plano de estratégia para o setor e para sociedade. "As negociações seguem e a Prefeitura de Manaus abriu diálogo com a Ademi. Sem adiantamento, a questão será resolvida", afirmou o presidente da câmara Wilker Barreto.

Segundo o presidente da Ademi-Am (Associação das

Empresas do Mercado Imobiliário do Amazonas), Albano Máximo, as conversas visam impedir que a desapropriação das áreas inutilizadas venham para o mercado de forma sadia de forma que a lei seja cumprida sem criar futuros problemas com os donos.

"A finalidade desta lei é cumprir as determinações da legislação federal no sentido de obrigar que as propriedades cumpram

sua função social, evitando que terrenos que possuam infraestrutura, sejam aproveitados evitando terrenos e imóveis abandonados e o crescimento da cidade para locais desprovidos de infraestrutura que obrigará o poder público

investir", disse.

De acordo com o presidente do Sinduscon-AM (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas), Frank Souza, a reunião das representações criaram um plano de meta com termos pré-estabelecidos para o bem comum dos proprietários e para a sociedade. "A prefeitura não tinha uma regra a respeito dessa aplicação, e fez um estu-



Muitos imóveis sem uso serão impactados com a proposta do IPTU progressivo

do e decidiu quais os terrenos e propriedades serão cobrados. Vamos ajudar a criar um plano para que esse terreno tenha uma cobrança justa com os retornos necessários de serviços para a cidade, porque quanto menos função urbana ele tem, mas caro ele fica", disse.

Segundo o arquiteto Paulo Lindeberg, a prefeitura não quer que as áreas fiquem durante muitos anos sem a viabilidade de algum empreendimento, e a finalidade do imposto é fomentar a

construção civil para fazer o mercado girar. Em contrapartida, ele ressaltou que é preciso que a prefeitura crie incentivos para os proprietários dos terrenos.

"Os impostos vão estimular os proprietários a fazer algo com seus terrenos para que possam movimentar o mercado. Mas, em contrapartida é necessário que a prefeitura crie incentivos aos proprietários para que eles façam a obra e desenvolvam os produtos. Não é só aumentar os impostos. Do jeito que a carga

tributária tá, no momento delicado da economia, todos tentam evitar ao máximo de comprometer um investimento pelo qual não tem a segurança de um retorno", ressaltou.

Para o gerente-executivo da construtora Colmeia, Wesley Magalhães, o IPTU progressivo não é um mecanismo ruim, mas ressaltou que a forma como a Prefeitura de Manaus está querendo incrementar no setor é inviável.

"O IPTU progressivo é bom

até para que as áreas com promoção de desenvolvimento gere uma melhor arrecadação. Mas, forma como a prefeitura está projetando é ruim. Tal como está é uma máquina de fazer arrecadação a custo da iniciativa privada. Tem que haver negociação para que haja um ponto de equilíbrio", disse.

Magalhães explica que a medida para cumprir a lei, não deve ser imposta de uma forma que haja desequilíbrio nos tributos cobrados, e afirmou que é preciso que haja uma discussão para chegar em um entendimento. "Não justifica uma medida legal por meio de uma lei que imponha produtivamente o valor do IPTU. A iniciativa privada acaba pagando uma conta maior. Cabe uma discussão. É preciso estabelecer mecanismo que promova o desenvolvimento da cidade. Vivemos num desequilíbrio de composição de cálculos. Porque o IPTU do Centro tem que ser mais caro que o de condomínios do Efigênio Sales? Preciso equilibrar isso", afirmou.

O IPTU progressivo, é um mecanismo que aumenta o valor do tributo de um imóvel não subutilizado, obrigando os proprietários a dar um destino de uso a eles. O comitê que representa o setor para discutir o assunto é formado pela Ademi-AM, Sinduscon-AM e CDLM (Câmara de Dirigentes de Lojistas de Manaus).

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Impacto da greve na indústria já é de R\$ 77 mi

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 29/05/2018

Caderno: Economia

Página: A6

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Impacto da greve na indústria já é de R\$ 77 mi

Pesquisa realizada pela Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) indica que 9 em cada 10 indústrias fluminenses foram afetadas pela greve dos caminhoneiros. O principal problema, que afetou 70% das companhias pesquisadas, foi falta de insumos e 60% delas reduziram a produção. O impacto no PIB da indústria de transformação do Estado, apenas na semana passada, é estimado pela área de pesquisa econômica da federação em R\$ 77 milhões.

“O que mais preocupa é que não há otimismo com o fim dos impactos da greve para essa semana. As empresas ainda sentem o risco de abastecimento”, disse o vice-presidente da Firjan, Sérgio Duarte. Ele estima que a regularização só ocorrerá em 15 dias.

Segundo ele, as empresas estão preocupadas com as receitas nesse fim de mês. De várias formas, mais da metade das empresas relataram problemas para o escoamento da produção e 32% delas estavam sem combustível.

“A virada do mês, com entrada de recebíveis menor na indústria, pode ter efeito em cascata muito maior. As duplicatas continuarão vendendo”, disse.

A Firjan ouviu 318 empresas, de todos os portes, que empregam 38 mil trabalhadores,

entre os dias 25 e 26 de maio. Os setores mais afetados foram minerais não metálicos, moda e alimentos e bebidas.


O economista-chefe da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), Guilherme Mercês, disse que o Brasil vive momento de combustão tributária. Ele criticou a decisão do governo de reonerar permanentemente 46 atividades industriais, com aumento de R\$ 9 bilhões na arrecadação, com a justificativa de cobrir uma perda de R\$ 4 bilhões só até o fim de 2018 com a redução da Cide e do PIS/Cofins.

“A contrapartida para redução do diesel tem que ser a reorganização das contas públicas. Teremos problema se cada setor for requisitar uma parcela do orçamento”, disse, ao ser questionado sobre a decisão do governo de manter a desoneração do setor de transportes.

De acordo com Mercês, o setor industrial ainda não avaliou o impacto de todas as medidas anunciadas pelo governo. Não há estimativas sobre que custo terá a nova tabela de fretes, outra reivindicação dos caminhoneiros aceita pelo governo.

“Essa é uma discussão estrutural. O passado foi de disputas entre os setores, mas precisamos evitar isso”, completou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Estados questionam fim da Cide para obras		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 29/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: A6	

Estados questionam fim da Cide para obras

Os Estados fizeram a conta do impacto que a redução a zero da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), que incide sobre o óleo diesel, pode ter sobre os investimentos estaduais em estradas e rodovias. O resultado é extremamente preocupante, segundo o Consetrans (Conselho Nacional de Secretários de Transportes), entidade que reúne os 27 secretários responsáveis pela infraestrutura e pelo sistema de transportes de todos os Estados do país.

Nas contas do órgão, a alíquota zero da Cide reduzirá em 40% -o equivalente a R\$ 722 milhões -os investimentos de Estados e municípios previstos para rodovias por meio do tributo.

“A medida anunciada pelo presidente Michel Temer para conter a greve dos caminhoneiros, que já passa de uma semana, poderá reduzir drasticamente os investimentos em obras nas rodovias brasileiras, e ocasionará outros impactos negativos ao desenvolvimento do país nos

próximos anos”, declarou o Consetrans.

De acordo com o Conselho, atualmente “a Cide é praticamente o único recurso ainda disponível aos Estados para a conservação e a manutenção de rodovias”. Entre Estados e municípios, a arrecadação anual é estimada em R\$ 1,8 bilhão.

Os recursos da Cide são investidos pelos Estados, exclusivamente, em obras de transportes, sendo anualmente auditados pelas autoridades federais. A enti-

dade avalia ainda que a eliminação da Cide sobre o óleo diesel terá “impacto irrisório sobre o preço final do diesel”, da ordem de R\$ 0,05 por litro.

“Neste cenário, a entidade posiciona-se terminantemente contra a eliminação da Cide, sem a criação de outra forma para assegurar a continuidade de investimentos, pois o ato de zerar a contribuição sobre o óleo diesel ocasionará enorme redução dos investimentos em manutenção das rodovias do país”, declarou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Pequenas construtoras seguram investimento

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 29/05/2018

Caderno: Negócios

Página: B7

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Pequenas construtoras seguram investimento

A intenção de investir em um futuro próximo está fora do radar de boa parte dos pequenos construtores. Segundo estimativa da CNI (Confederação Nacional da Indústria), os empresários de menor porte são os mais pessimistas com os negócios nos próximos meses.

Segundo a Sondagem Indústria da Construção referente ao mês de maio, a intenção de investir dos pequenos construtores chegou a 31,9 pontos, em uma escala que varia de 0 a 100. O resultado é 11,2% menor que em abril (35,6 pontos), e fica abaixo dos propósitos de investimentos das grandes empresas (34,6) e em linha com a intenção das médias (31,9).

“O investimento das construtoras pequenas está muito atrelada ao crédito bancário. Em um cenário em que os brasileiros não sentem o efeito da queda da Selic no nível dos juros, a tendência é que ainda haja todo esse receio entre as pequenas e médias”, avaliou o professor de macroeconomia e especialista em mercado imobiliário, Rubens Fidelis Júnior.

Na avaliação do acadêmico, as pequenas construtoras deverão manter essa postura mais conservadora até o final do próximo ano, com foco nos


negócios menores.

“Esse perfil de empresário tem pouca condição de iniciar uma obra de grande porte. As pequenas reformas vão continuar norteando os negócios, elas não exigem um investimento muito alto”, contou.

Exemplo disso, a MS Construtora, que atua na Grande São Paulo e Região do ABC, diz que não há planos de contratação de funcionários ou busca por crédito bancário ao longo do ano. “Os negócios estão melhores este ano, mas não o bastante para arriscar lançar novos imóveis”, contou Marcelo Sousa, presidente da empresa. A MS, que trabalha com construção de prédios de três andares, lançou

só dois empreendimentos ano passado. “Os prédios foram feitos apenas quando tínhamos pelo menos quatro apartamentos vendidos. Isso nos ajudou a garantir que não houvesse vacância”, detalha. Apesar da baixa intenção de investimento, os construtores se mostram mais otimistas com cenário atual. De acordo com a CNI, as empresas de todos os portes estão com o índice de confiança para os próximos seis meses acima de 50 pontos, o que sinaliza que o período mais grave da crise já tenha passado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Claro e Escuro		
	Veículo: Diário do Amazonas	Data: 29/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Primeiro Plano	Página: 02	



Estádio


A Prefeitura de Itapiranga publicou aviso de licitação para contratar empresa pelo menor preço para Construção de Estádio de Futebol. A licitação será em 7 de junho.



Acordos

Mais de 15 mil acordos trabalhistas foram fechados em todo o País pela Justiça Trabalhista chegando a R\$ 500 milhões em indenizações e impostos. Os acordos foram feitos durante a 4ª Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Mulheres na obra		
	Veículo: Em Tempo	Data: 29/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Opinião	Página: 03	

Mulheres na obra

A partir de agora, todas as empresas contratadas pelo Estado para realização de obras públicas devem reservar 5% das vagas de emprego na área de construção civil para mulheres.



A Lei que determina essa obrigatoriedade foi publicada no Diário Oficial do Legislativo, no último dia 25 de maio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: BRT é prioridade para a lei orçamentária

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 29/05/2018

Caderno: Política

Página: 03

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)



Mobilidade Sistema de transporte público está destacado para receber aportes, em 2019

Jair Araújo

BRT É PRIORIDADE PARA A LEI ORÇAMENTÁRIA

Recursos Para o líder do prefeito na Câmara, vereador Joelson Silva, apesar da infraestrutura ser considerada prioridade, as áreas como Saúde e Educação seguem com os recursos necessários

Asafe Augusto
Redacao@diarioam.com.br

Manaus

A mobilidade urbana com ênfase para viabilizar a implantação do sistema BRT (Bus Rapid Transit) será a prioridade na aprovação do Projeto de Lei nº 123/2018, que trata sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, em tramitação na Câmara Municipal de Manaus (CMM). A informação foi confirmada, nes-

ta segunda-feira (28), pelo líder do prefeito na Casa, vereador Joelson Silva (PSDB).

“Estamos trabalhando, perseguindo, a implantação do BRT para que possamos dar início. Há estudos e já está bem avançado na questão de projeto. Evidente que não vai terminar na gestão do prefeito Arthur Neto, mas será iniciado e terá amparo na LDO, tendo se- quência durante o mandato e o outro prefeito que virá não vai poder fugir disso”, afirmou.

De acordo com o parla- mentar, apesar da infraestru-

tura ser considerada priorida- de nas diretrizes orçamentá- rias do próximo ano, as áreas como Saúde e Educação tam- bém serão contempladas, e darão suporte para os projetos da Prefeitura para a cidade.

“Sempre Saúde, Educação e Infraestrutura. Evidente que vai ter um olhar um pouco mais voltado para a infraestru- tura e mobilidade urbana. Esse é o desafio de todas as cida- des. Nós já deliberamos e va- mos analisar amanhã (hoje) o parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Reda-

ção (CCJR) e de Economia, Finanças e Orçamento (CFEO) e vamos abrir os prazos para a apresentação de emendas”, disse.

Conforme o vereador, a partir desta terça-feira, o prazo para a apresentação das emendas parlamentares será aberto e se estende durante todo o mês de junho.

A Lei de Diretrizes Orça- mentárias determina as metas de resultado primário e nomi- nal, a margem de expansão das despesas de caráter continuado, os limites para as renúncias de

receitas e outros limites fiscais.

Além disso, entre suas fun- ções importantes, a proposta do Executivo deve eleger, den- tre as ações governamentais constantes do Plano Pluria- nual do Município, as que de- verão ser priorizadas na aloca- ção dos recursos na Lei Orça- mentária do próximo exercí- cio. As emendas propostas pe- los vereadores destinarão, na Lei Orçamentária de 2019, no mínimo 15% do seu limite pa- ra a área da Saúde; 25% para a Educação e 10% para a Assis- tência Social.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Senado acata urgência a projeto que isenta diesel de PIS/Cofins

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 29/05/2018

Caderno: Política

Página: 05

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Senado acata urgência a projeto que isenta diesel de PIS/Cofins

Votações Devido à crise gerada com a greve dos caminhoneiros, os parlamentares imprimiram, ontem, um ritmo acelerado de apreciação das Medidas Provisórias

Agência Brasil

redacao@diarioam.com.br

Brasília

A pós votar seis medidas provisórias (MPs) em uma segunda-feira atípica, os senadores aprovaram, há pouco, o requerimento de urgência do projeto de lei que reonera setores da economia e contém um artigo que pode baratear o preço do diesel. Devido à crise gerada com a greve dos caminhoneiros, que já dura oito dias, os parlamentares imprimiram um ritmo acelerado de votações das MPs, e a maioria foi aprovada de forma simbólica.

Com a pauta livre, o Senado pode agora se debruçar sobre o projeto que retira a desoneração, ou seja, os benefícios fiscais concedidos pelo governo a 56 setores da economia. A



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR

Desoneração Senado quer apressar votação para isenção tributária do diesel

diesel do PIS/Cofins, alegando que o fim do tributo pode ge-

ao projeto. "A matéria será apreciada oportunamente", li-

de Roraima, do Amapá e de Rondônia.

matéria foi aprovada, na semana passada, pela Câmara após os deputados incluírem um trecho que estabelece alíquota zero do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) cobrados sobre o óleo diesel até o fim do ano. Embora não haja acordo em torno do projeto, os senadores já podem discuti-la em plenário a partir desta terça-feira.

Antes do requerimento de urgência, aprovado de forma simbólica, os parlamentares aprovaram cinco medidas provisórias enviadas pelo presidente Michel Temer e rejeitaram uma. Além do projeto que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, foi aprovada e encaminhada à sanção a matéria que autoriza a União a doar recursos ao Estado da Palestina para a restauração da Basílica da Natividade. Durante as discussões, senadores criticaram medidas que podem gerar novos custos para os cofres públicos em meio à crise atual.

Apesar da urgência, não há consenso para a votação do projeto, tanto do lado do governo quanto da oposição. O líder do PT, senador Humberto Costa (PT-PE), defende a retirada do trecho que isenta o

rar consequências negativas no repasse de recursos para as áreas sociais.

Para o líder do governo, Romero Jucá (MDB-RR), o momento é de “calma” e “equilíbrio” para que a situação seja resolvida de forma definitiva. Segundo Jucá, não adianta votar com pressa a proposta sem conversar previamente com os outros atores: os deputados, que podem novamente analisar o texto; e o governo, que poderia se comprometer com algum veto

mitou-se a dizer o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), logo após a aprovação do requerimento de urgência.

Servidores

Já as novas condições para a carreira dos servidores de ex-territórios da União tiveram que ser votadas de forma nominal. Os senadores mantiveram a medida provisória por 48 votos a 11. A MP trata de salários e demais vantagens dos funcionários civis e militares

PREÇOS

Omar pede que governo federal reduza valor do GLP e da gasolina

O senador Omar Aziz (PSD-AM) questionou, nesta segunda-feira, durante sessão no plenário do Senado Federal, a falta de compromisso do governo federal em baixar o valor do gás de cozinha e da gasolina. Para o senador, se o governo foi capaz de reduzir o diesel, também é possível reduzir o valor dos outros combustíveis.

“Participei de uma reunião de líderes e estou convencido que a situação do diesel está quase


resolvida. Mas há uma questão que não estão colocando e me preocupa muito, que é a redução no valor do gás de cozinha e da gasolina. Com mais de 13 milhões de desempregados no País, esses dois produtos também são essenciais e não estão sendo discutidos. Se é possível ser feita essa redução no diesel, também é possível um esforço do governo e do congresso para o gás e a gasolina”, destacou Omar.

Alvo de divergências no plenário, a matéria amplia o escopo dos servidores que, após a Constituição Federal de 1988, optaram por integrar quadros da administração pública federal. De acordo com o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), a MP trará “enormes consequências orçamentárias e fiscais” para a União. Utilizando dados do Ministério do Planejamento, Ferraço afirmou que a despesa do governo federal pode aumentar, a cada ano, em R\$ 2,4 bilhões.

Ainda durante a sessão, o senador voltou a cobrar que o Senado Federal tenha acesso à ‘caixa-preta’ da Petrobras para se descobrir qual o custo da produção dos combustíveis, antes de ser repassado ao consumidor.

“Precisamos abrir a caixa-preta da Petrobras para sabermos quais são os custos para produzir o litro da gasolina, para produzir o litro do diesel e o metro cúbico do gás que é fornecido a milhões e milhões de brasileiros. Sem essa planilha de custo dos combustíveis, não há como fiscalizar o valor do produto”, finalizou o senador.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Feirão de imóveis da Caixa tem o melhor desempenho em contratos, em Manaus		
	Veículo: Diário do Amazonas	Data: 29/05/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: Economia	Página: 10	

Feirão de imóveis da Caixa tem o melhor desempenho em contratos, em Manaus

Habitação Mais de 690 apartamentos foram vendidos em três dias de negociações, no último fim de semana, com a oferta de condições especiais de financiamentos. Mais de 10 mil pessoas foram atendidas

Gisele Rodrigues
Redacao@diarioam.com.br

Manaus

Mais de 690 apartamentos foram vendidos em três dias de Feirão de Imóveis, neste fim de semana, em Manaus. Os preços e taxas atrativas, somados à localização dos apartamentos foram responsáveis, segundo a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Amazonas (Ademi), pela melhor venda dos últimos três anos, no evento.

Os apartamentos do evento patrocinado pela Caixa Econômica Federal (Caixa) eram voltados ao público do Programa

Minha Casa Minha Vida e servidores públicos. Ao todo, R\$ 105,3 milhões foram negociados durante o evento, R\$ 45 milhões a menos que a meta inicial em financiamentos imobiliários, conforme informou a organização.

Mais de 10 mil pessoas passaram pela feira que trazia apartamentos das construtoras Direcional, Morar Mais, Vivere, Staff, MRV e RD Engenharia.

Para o vice-presidente da Ademi, Hélio Alexandre, os lotes de imóveis vendidos estavam localizados em bairros estratégicos, como o Campos Elíseos, Flores e Lírio do Vale e o endereço centralizado atraiu mais interessados: “o mercado do Minha Casa, Minha Vida cada vez mais está dentro da cidade”, concluiu ele.



Demanda Resultado foi superior ao esperado pela organização do evento

de”, concluiu ele.

Incentivo

O incentivo dado pelo governo trouxe, segundo Alexan-

Divulgação/ Eliena Monteiro


e dentro da cidade. O governo federal dá um grande subsídio, prestação de R\$ 480 que termina daqui a 30 anos em R\$ 120, ou seja, veio para substituir os aluguéis. Hoje tem quitinete que chega a R\$ 600”, lembrou Alexandre.

Além dos servidores municipais, foram contemplados com o Programa Habitacional do Servidor Público funcionários públicos estaduais e federais, segundo Alexandre. Na avaliação do vice-presidente, o programa que fornece descontos na entrada e facilidades para parcelamentos ajudou a movimentar a Feira.

Em abril, a Caixa reduziu em até 1,25% as taxas de juros do crédito imobiliário com recursos da Poupança.

dre, parcelas de R\$ 480 para serem pagas em 30 anos. “A do Minha Casa, Minha Vida com 40m², com cinco andares, área de lazer, piscina, churrasqueira

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Sim & Não		
	Veículo: A Crítica	Data: 29/05/2018	Enfoque: Positivo (X) Negativo () Neutro ()
	Caderno: Opinião	Página: A4	


Manaus se 'candidata' para Feirão

Com quase 700 contratos encaminhados e valor total negociado de R\$ 105,3 milhões, a Feira de Imóveis de Manaus promovida no fim de semana pela Associação das Empresas do Mercado Imobiliário no Estado do Amazonas (Ademi) com apoio da Caixa credencia a cidade para entrar, no próximo ano, no calendário oficial dos feirões do banco. A avaliação é do presidente da entidade, Albano Máximo, que comemorou o resultado: "Foi surpreendente. Nós (Ademi) esperávamos metade disso".

Diferença Albano Máximo explica que, diferente do evento realizado em Manaus no fim de semana e que os empresários chamam de feira, o Feirão da Caixa é patrocinado pelo banco, que investe pesado em propaganda para atrair potenciais compradores.

Quente Mesmo sem toda a estrutura da Caixa, a Feira de Imóveis atraiu 10.126 pessoas. Apesar do foco serem imóveis do "Minha Casa, Minha Vida", foram registrados também tíquetes (vendas) mais altos que os do programa federal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Ponte da avenida Brasil será entregue em julho		
	Veículo: A Crítica	Data: 29/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Cidades	Página: C5	

OBRAS

De acordo com a Seminf, vigas metálicas já foram montadas no local

Ponte da avenida Brasil será entregue em julho

Os trabalhos de implantação de uma nova ponte na avenida Brasil, no bairro Compensa, zona Oeste, pela Prefeitura de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminf) seguem em ritmo acelerado, apesar da instabilidade climática, e devem ser finalizados no mês de julho.

Nesta semana teve início o processo de montagem da fôrma para a concretagem do tabuleiro (estrutura que suporta as cargas), e que faz parte da sustentação da ponte.

Um dos principais componentes da estrutura da ponte são as vigas metálicas que já foram montadas no local, conforme explicou o subsecretário de Obras Públicas da Seminf, Madson Rodrigues. “Fizemos a instalação de seis vigas metálicas, agora começamos o trabalho de montagem da fôrma e armação para que em seguida seja feita a concretagem de toda essa área. Todos esses procedimentos são serviços fundamentais para a sustentação da ponte”, destacou Rodrigues.

Após a concretagem do tabuleiro será feito o procedimento de “cura do concreto”, processo técnico utilizado para a completa hidratação do cimento. A secagem adequada do concreto aumenta a resistência da estrutura em aproximadamente, 30% além de diminuir a incidência de trincas e fissuras.

Com o processo de cura finalizado, a obra entra na etapa final, com a implantação dos serviços de asfaltamento, meio-fio, sarjeta e sinalização.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Estado tem 40% dos caminhoneiros autônomos sem entregar cargas

Veículo: D24AM

Data: 29/05/2018

Caderno: Cidades

Página: 03

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

● **Aproximadamente 1,9 mil caminhoneiros** ainda estão de braços cruzados no Amazonas, segundo informações do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos. A entidade busca, na Justiça, derrubar liminar que proibiu fechar rodovias

Estado tem 40% dos caminhoneiros autônomos sem entregar cargas

GREVE

Gisele Rodrigues

contato@jornaldezminutos.com.br

Aproximadamente 1,9 mil caminhoneiros ainda estão de braços cruzados no Amazonas, segundo informações do presidente do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos (Sindaceam), Sérgio Alexandre da Silva. A categoria voltará a bloquear o acesso à Refinaria Isaac Sabbá (Reman) e rodovias, caso consiga derrubar a liminar concedida pela Justiça Federal, na última sexta-feira.

Cerca de 40% dos 4.738 motoristas de caminhão registrados na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) não estão transportando as car-

gas, segundo Alexandre. De acordo com o sindicato, no último sábado, os advogados entraram com o pedido de derrubada da decisão judicial.

"Acham que acabou, mas não acabou. Estamos com 40% da nossa categoria parada, não está saindo carga para lugar nenhum. A liminar nos deixou de mãos atadas para manifestação, não podemos ficar nas rodovias", disse.

A pauta da reivindicação nacional, que prevê o piso do frete de cargas, foi acordada entre a categoria e a presidência da República, mas, agora, os caminhoneiros buscam a aprovação da lei que traz o marco regulatório da atividade, conforme disse o presidente do Sindaceam.

Na tarde do último domingo, após o 'buzinaço' promovido pe-



"Acham que acabou, mas não acabou. Estamos com 40% da nossa categoria parada", afirmou o presidente do Sindaceam

la categoria em Manaus e em municípios próximos, Alexandre informou que a entidade pediu a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), PIS e Cofins.

Manifestação

Centenas de manifestantes protestaram, ontem, contra os preços dos combustíveis, pelas principais ruas de Manaus. No

início da tarde, o grupo se concentrou na Praça da Saudade, no Centro da cidade. Após o ato, eles seguiram em carreta pelas principais vias da capital causando congestionamento em diversos pontos da cidade.

Participaram da manifestação mototaxistas, taxistas, motoristas de aplicativos e populares. Segundo um dos representantes do movimento, Flaviano Menezes, o protesto é contra o preço do combustíveis. "Pedimos a redução do ICMS de 29% para 15%", disse.

O motorista de aplicativo de transporte Rodrigo Santos, 28, acompanhou a manifestação. "Temos que ir pra rua e lutar pelos nossos direitos. Se em cada manifestação todo mundo se unir ainda mais, podemos fazer a diferença", afirmou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Rodoviários prometem parar 50% dos ônibus

Veículo: Em Tempo

Data: 29/05/2018

Caderno: Dia-a-dia

Página: 07

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Rodoviários prometem parar 50% dos ônibus

Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Urbano Coletivo reivindicam o reajuste salarial de 3,5 % e outros benefícios a categoria

Isabela Bastos

Contrariando a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 11ª Região, os diretores do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Urbano Coletivo de Manaus e no Amazonas (STTRM) afirmam que vão manter a greve anunciada para hoje (29). De acordo com o presidente do STTRM, Givancir de Oliveira Silva, a manifestação tem como motivo o dissídio salarial da categoria. Eles também reivindicam o reajuste salarial de 3,5%, além do dissídio coletivo referente aos anos de 2018/2019.



o último sábado (26), emitiu parecer afirmando que considerava a greve ilegal e abusiva

A paralisação estava marcada a última quarta (23), porém foi cancelada no fim

No dia 28 de Fevereiro deste ano, os rodoviários pararam a avenida Constantino Nery, na Zona Sul

Segundo Oliveira, outras pautas da greve são os atrasos constantes nos pagamentos dos salários dos trabalhadores. Conforme o presidente do STTRM, os rodoviários também aguardam a decisão da Justiça do Trabalho para definir os pagamentos.

Com a greve, o sindicato alerta que 50% da frota dos ônibus serão paralisadas por tempo indeterminado em Manaus. Um comunicado divulgado pelo STTRM informa que o aviso da paralisação está sendo feito dentro dos parâmetros legais e da Lei da Greve.

O Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas (Sinetram) confirmou, em nota, que fez um pedido ao Tribunal Regional do Trabalho para impedir a greve no transporte coletivo da capital amazonense.

O TRT da 11ª Região, desde

e, portanto, impediu a paralisação sob pena de multa no valor de R\$ 30 mil, em caso de descumprimento da ordem judicial. Por volta das 8h30 de ontem (28), um oficial de justiça deu ciência da decisão do Tribunal Regional do Trabalho.

Na decisão, a desembargadora Ruth Barbosa apontou o não preenchimento integral dos requisitos previstos na Lei nº 7.783/89, que regulamenta o exercício do direito de greve, a respeito de um aviso prévio da categoria à sociedade para fazer a greve.

São necessárias pelo menos 72 horas de antecedência aos usuários do transporte coletivo, tendo em vista tratar-se de serviço essencial à população. O transporte coletivo de Manaus opera com nove empresas, em 229 linhas, e transporta em média 750 mil pessoas por dia.

da tarde de terça (22) após o jurídico do sindicato verificar que havia erros de digitação no documento enviado ao Sinetram. O fato, de acordo com Givancir, possibilitou o recurso na Justiça contra a greve dos Rodoviários.

Prefeitura


No dia 21 de maio, a Prefeitura de Manaus informou que atuou, juntamente com o Sinetram, como assistente nos autos do dissídio coletivo na qual foi obtida medida liminar que indeferiu a paralisação dos rodoviários, prevista para última quarta-feira (23).

Paralisações

Essa vai ser a 10ª paralisação da categoria em 2018. No dia 28 de fevereiro, os rodoviários pararam a cidade com uma fila quilométrica de ônibus parados próximos à entra-

da do Terminal 1 (T1) até a praça do cruzamento da avenida Leonardo Malcher com a rua da Instalação, no Centro. Na avenida Constantino Nery, vários coletivos também ficaram enfileirados causando um transtorno para a população amazonense. Agentes do Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito (Manaustrans) estiveram no local para contornar o escoamento do trânsito em um dos horários mais movimentados no trânsito de Manaus. Nesse dia, representantes do STTRM também reivindicavam o reajuste salarial de trabalhadores da categoria, pagamentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Com greve, itens têm até 100% de reajuste nas feiras de Manaus		
	Veículo: D24AM	Data: 29/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Amazonas	Página: On-line	
Link: http://d24am.com/economia/com-greve-itens-tem-ate-100-de-reajuste-nas-feiras-de-manaus/			

Com greve, itens têm até 100% de reajuste nas feiras de Manaus

Feirantes reajustaram valor da batata, tomate e cebola que devem ser encontrados para consumo somente até esta quarta-feira, se perdurar o movimento de paralisação dos caminhoneiros

Da Redação / redacao@diarioam.com.br



Manaus – Passados nove dias de greve dos caminhoneiros que impedem o abastecimento regular de produtos hortifrutigranjeiros, as feiras de Manaus já reajustaram itens em 100%, como apurou a reportagem da **REDE DIÁRIO DE COMUNICAÇÃO (RDC)**. Segundo os feirantes, produtos devem sumir das bancadas em questão de dias. “O que ainda tiver vai subir mais de 100%”, diz o feirante Valcir Araújo.





Preço da saca do tomate que custava R\$ 70 variou para R\$ 100 (Foto: Sandro Pereira)

A saca da cebola que estava sendo vendida a R\$ 70 já é comercializada a R\$ 150. A saca do tomate variou de R\$ 70 a R\$ 100 e a batata inglesa, de R\$ 100 a R\$ 200. O diretor do Sindicato dos Feirantes de Manaus, Ednaldo Feitosa, alerta que mesmo com o valor alto, esses itens devem ser encontrados pelos consumidores somente por mais dois dias (se a situação não normalizar). “Se esgotar, não tem como repor essas mercadorias, principalmente os perecíveis, que a gente é dependente do Sul, vai haver falta. Acredito que em dois dias esses três itens (cebola, batata e tomate) vão acabar logo”.

De acordo com o Sindicato dos Caminhoneiros do Amazonas, mais de 40% da categoria segue parada, mesmo com as entidades nacionais afirmando que aceitara as medidas anunciadas pelo governo federal na noite de domingo (27).

Na semana passada, a **RDC** apurou que a situação dos supermercados era mais confortável. O superintendente da Associação Amazonense de Supermercados (Amase), Alexandre Zuqui, estimou que os estoques duram por mais dez dias. “Por estarmos longe de centros de abastecimentos, acabamos comprando mercadorias com estoque, por isso ainda não afeta”, disse. Ele frisou, no entanto, que a continuidade do protesto afetaria o segmento.

Segundo Zuqui, as quatro redes nacionais e dez regionais que atuam em Manaus trabalham com estoques de pelo menos 15 dias e de 12 dias para os itens perecíveis, de acordo com a capacidade de cada supermercado. O superintendente também afirmou que o movimento nas redes estava dentro da normalidade. Ainda assim, houve casos de redes que limitaram o consumo por cliente, em Manaus.


Pesquisa

Levantamento da Ticket, fornecedora do serviço de alimentação, ouviu mais de 5 mil usuários da marca no País, incluindo o Amazonas, sobre qual foi a principal reclamação quanto o efeito da paralisação dos caminhoneiros. Para 56% das menções, a alta nos preços de verduras e legumes lideram a preocupação dos clientes, de frutas, carnes e ovos. A dificuldade não parece ter afetado itens industrializados, como comida congelada e biscoitos, por exemplo, que quase não foram citados.

Para 45,5% dos pesquisados, o estoque de mantimentos é inexistente ou durará uma semana. Ainda de acordo com a Sondagem Ticket, 51,6% dos trabalhadores ouvidos pela pesquisa já procuram formas alternativas para se locomover sem a dependência do transporte público.

Por último, 74% dos entrevistados reclamaram da ausência de planos emergenciais das empresas, em caso de prolongamento da crise.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Construção estima perda de R\$ 2,9 bilhões com greve e endossa posicionamento da indústria	
	Veículo: CBIC	Data: 28/05/2018
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line
		Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)

Construção estima perda de R\$ 2,9 bilhões com greve e endossa posicionamento da indústria



A greve dos caminhoneiros tem gerado enormes prejuízos à indústria da construção. A estimativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) é de que o setor já perdeu mais de 2,9 bilhões de renda nesses oito dias, sem contabilizar os reflexos futuros. "Depois de tirar os trens do trilho, colocar ele de volta não é fácil", destaca o presidente da CBIC, José Carlos Martins, alertando que, problema semelhante ao dos caminhoneiros tem sido vivenciado pelo setor, no que se refere à nova política de preços de materiais asfálticos adotado pela Petrobras. Os aumentos já tiveram impacto considerável sobre todos os contratos de empreendimentos que utilizam esses produtos: obras rodoviárias, pavimentações urbanas, reposições de pavimentos em obras de saneamento, serviços complementares em loteamentos, urbanizações do Minha Casa, Minha Vida, entre outros. A CBIC assina nota divulgada hoje (28/05) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com posicionamento sobre a paralisação dos caminhoneiros e seus impactos. Confira a seguir:

O Brasil parou. Não pode continuar parado.

"O Brasil está parado. Precisamos retornar à normalidade. O movimento dos caminhoneiros foi atendido nas suas demandas. É hora de deixar trabalhar quem quer trabalhar. É preciso, imediatamente, desbloquear vias de transporte e proteger aqueles que querem voltar a trafegar.

Estamos na iminência de problemas ainda mais graves do que vimos até agora. Não se trata apenas de distribuição de combustíveis.

Sem ração, já foram sacrificadas 100 milhões de aves. Além de deixar as famílias brasileiras sem ovos e sem carne, há um grave risco à saúde pública e ao meio ambiente. Não há sequer como enterrar as carcaças desses animais. Desde o início da paralisação, foram jogados fora 300 milhões de litros de leite.

O abastecimento de água para uso humano está comprometido porque não estão sendo entregues produtos químicos para tratamento.

Corremos o risco de ficar sem comunicação. Os grupos geradores, que suprem energia para as telecomunicações na ausência da energia elétrica, necessitam de diesel e podem parar de funcionar. Além disso, as equipes de manutenção enfrentam dificuldades para se deslocar.


Crianças estão fora das escolas. Pacientes em hospitais correm risco de morrer por ausência de insumos, como oxigênio.

Milhões de brasileiros não conseguem trabalhar. Já temos 13,7 milhões de desempregados e esse número deve piorar. A retomada do crescimento econômico, que já vinha lenta, pode demorar muito mais.

Não é hora para movimentos oportunistas. Novas paralisações, neste momento, são inaceitáveis. Cada um precisa assumir a sua parte de responsabilidade para superar essa situação. A prioridade deve ser o reabastecimento imediato e aceleração da discussão sobre os problemas estruturais do país, tais como revisão do papel da Petrobras, revisão tributária, reavaliação da matriz de transporte e investimento em infraestrutura.

A indústria brasileira, representada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), pelas federações estaduais e pelas associações setoriais, conclama as autoridades a buscar uma solução imediata para essa situação. É fundamental que a Presidência da República, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público e os governos estaduais se empenhem para vencer essa crise”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Atividade da construção recua em abril, segundo Sondagem Indústria da Construção:		
	Veículo: CBIC	Data: 28/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

Atividade da construção recua em abril, segundo Sondagem Indústria da Construção:



Dados da Sondagem Indústria da Construção, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria da Construção (CNI), com apoio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), mostra que os indicadores de nível de atividade (46,9 pontos) e de número de empregados (44,6 pontos) continuam registrando valores abaixo da linha divisória de 50 pontos, o que demonstra queda da atividade e do emprego.


Ambos os indicadores apresentaram as primeiras quedas em 2018, -0,2 (março) e -0,8 ponto (abril), o que os afastou ainda mais de um melhor desempenho da atividade e do emprego do setor. Se comparado a igual período de 2017, os indicadores cresceram 3,6 e 2,3 pontos, respectivamente, o que indica um arrefecimento no ritmo de queda do nível de atividade e do número de empregados do setor em relação a 2017.

Já os indicadores de expectativa registraram, em sua maioria, crescimento na passagem de abril para maio/2018. Todos esses indicadores seguem acima dos 50 pontos, o que sinaliza expectativa de crescimento do nível de atividade, de novos empreendimentos e serviços, compras de insumo e matérias primas e número de empregados nos próximos meses.

O Índice de Confiança do Empresário da Construção (ICEI-Construção) apresentou novo recuo – de 1,0 ponto na passagem de abril para maio – atingindo 53,8 pontos. Ainda assim, o índice permanece acima dos 50 pontos, o que indica confiança dos empresários do setor da construção.

Clique aqui para acessar a íntegra da Sondagem Indústria da Construção. A pesquisa foi realizada de 1º a 14 de maio, junto a 541 empresas do setor da construção, sendo 186 pequenas, 245 médias e 110 grandes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Em nota à Imprensa, Ministério do Trabalho esclarece pontos da Portaria nº 349/2018		
	Veículo: CBIC	Data: 28/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

Em Nota à Imprensa, Ministério do Trabalho esclarece pontos da Portaria nº 349/2018



O Radar Trabalhista, Edição 43/2018, com as matérias relativas à semana de 21 a 25 de maio de 2018, destaca a Nota à Imprensa do Ministério do Trabalho que esclarece pontos da Portaria nº 349/2018. O normativo estabelece regras voltadas à execução da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, no âmbito das competências normativas do Ministério do Trabalho.


De acordo com a Portaria, os contratos de trabalho para trabalhadores autônomos e no modelo intermitente formatados pela Lei n 13.467/2017 (Modernização Trabalhista) receberam esclarecimentos normativos por intermédio da Portaria nº 349, de 23 de maio de 2018, assinada pelo ministro do Trabalho, Helton Yomura, e publicada na edição do dia 24/05 no Diário Oficial da União.

A portaria é fundamentada no poder regulamentar dos ministros de Estado, conforme regra estabelecida pelo artigo 87, II da Constituição Federal, que permite a expedição de instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.

O Ministério do Trabalho oferece, com a edição dessa portaria e com a aprovação ministerial do parecer Jurídico da Advocacia Geral da União nº 00248/2-018, publicado na edição do DOU do dia 15 deste mês, a segurança jurídica necessária para a fiel execução da legítima manifestação legislativa do Congresso Nacional, que produziu a exitosa Modernização Trabalhista. [Clique aqui](#) para ler íntegra de matéria sobre o assunto.

Todas as edições do Radar Trabalhista também podem ser acessadas pelo site da CBIC, no link: <https://cbic.org.br/relacoestrabalhistas/radar-trabalhista/>

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Setor da construção desenvolve campanha #OFuturoDosNossosFilhos, que culminará no Dia Nacional da Construção Social de 2018		
	Veículo: CBIC	Data: 28/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Hoje	Página: On-line	

Setor da construção desenvolve campanha #OFuturoDosNossosFilhos, que culminará no Dia Nacional da Construção Social de 2018



Com o slogan "O Futuro dos Nossos Filhos", o Dia Nacional da Construção Social (DNCS) de 2018 pretende conscientizar empresários, trabalhadores e fornecedores sobre a importância de participar ativamente da educação das crianças que farão o futuro do País. "Acreditamos que um futuro melhor depende das atitudes que tomamos hoje", destaca a presidente do Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Ana Claudia Gomes. Promovido pela CBIC e pelo Sesi Nacional, com apoio especial do Seconci Brasil, a 12ª edição do DNCS será realizada simultânea em 27 localidades no dia 18 de agosto e pretende, mais uma vez, se consolidar como símbolo de responsabilidade social do setor.

Apesar de abranger um número menor de localidades do que em 2017, quando DNCS foi realizado em 31 localidades, que resultaram em mais de 240 mil atendimentos, beneficiando mais de 59 mil pessoas, a expectativa é de que mesmo com a crise que assolou o setor a campanha consiga beneficiar muitos trabalhadores que se somarão às 788 mil pessoas espalhadas por todo o território brasileiro e aos mais de 3,9 milhões de atendimentos contabilizados desde a primeira edição, em 2007.

“É uma alegria para nós empresários e também para os trabalhadores do nosso setor. É um dia para confraternizar e comemorar, em família, as conquistas do trabalho realizado ao longo de meses”, declara o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Realizado anualmente, o DNCS foi idealizado pela CBIC há 11 anos, com o objetivo de oferecer serviços de saúde, lazer e cidadania aos trabalhadores do setor, que são brasileiros que constroem todos os dias os equipamentos públicos e privados que serão utilizados por toda a sociedade. “Cuidar do nosso trabalhador é a nossa missão e fazemos isso com muito empenho para que ele se sinta valorizado e motivado a trabalhar na construção do nosso Brasil”, salienta Martins.

Conheça mais sobre o DNCS, **[clcando aqui](#)**.

MAIS NOTÍCIAS

Terra

[Módulos habitacionais são solução sustentável e eficiente para construção de escolas](#)

Estado de Minas

[Perdas de grandes setores com a greve dos caminhoneiros já superam R\\$ 34 bi](#)

Estadão

[Por que a reforma trabalhista tem causado tanta insegurança jurídica?](#)

Jornal Opção

[Prefeitura culpa Previdência por déficit nas contas e insiste em reforma do IPSM](#)

Surgiu

[Maior adesão ao consórcio no Vale do Paraíba traz perspectivas de aquecimento do mercado imobiliário da região](#)

AGENDA

JUNHO

08 – Reunião CII – CBIC/ Manaus

19 – 6º Reunião da Diretoria